APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A opção pelo tema deste estudo e pelo caminho que resultou nesta tese tem como pilares as minhas experiências pessoais, profissional, e a de participação política ativa e a acadêmica.

Sou professora dos anos iniciais do ensino fundamental na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RMEBH). Desde dezembro de 1985, trabalho na Escola Municipal Cônego Raimundo Trindade, carinhosamente chamada, pela comunidade escolar, de "Cônego". Nela tive a oportunidade de participar da elaboração de projetos educativos, forjados em conjunto com a comunidade escolar, de compreender e articular as dimensões das políticas locais, com as reflexões nacionais e internacionais, em especial com relação à educação pública como direito social. A vivência num local de trabalho criativo possibilitou-me uma formação profissional e acadêmica ímpar e a construção de relações pessoais e políticas.

O Cônego não é uma "escola modelo", mas é uma escola pública da periferia da capital mineira que tem construído, ao longo dos seus vinte e três anos, espaços e políticas com repercussão na RMEBH. Entre eles o projeto de Educação de Jovens e Adultos, a partir de 1988/89, definido pelo Colegiado Escolar, utilizado pelo governo da época como modelo para a ampliação da EJA na cidade; e os projetos culturais como o Folk'EMCART que ocorre anualmente desde 1987, e a Festa Junina, momento de confraternização da comunidade do Piratininga, bairro onde fica a escola, que comparece em peso a cada edição, chegando a aproximadamente, quatro mil pessoas.

Outro momento importante do Cônego, que repercutiu na minha elaboração teórica e prática pedagógica, foi a participação da escola na "rede de professoras construtivistas", responsável por uma ruptura conceitual no processo de alfabetização nas escolas municipais e por levar a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a investir em formação continuada e em serviço, durante os anos de 1990 a 1992.

Três projetos mais recentes, as Oficinas[1], realizadas durante o ano de 2004 até agosto de 2005, propiciavam, quinzenalmente, a ampliação curricular com aulas de música, teatro, artesanato, culinária, jornalismo e meio ambiente, o projeto Turma Integral[2], com o aumento da jornada diária das crianças com dificuldade de aprendizagem e a inclusão na grade curricular das "aulas de informática", a partir da iniciativa da escola de construir a sala de informática.

Nessa instituição participei com minhas companheiras de trabalho, de lutas, mobilizações e greves da categoria, sendo eleita por elas como representante da escola junto ao sindicato, com a responsabilidade de articular as informações, reflexões e avaliações políticas, entre a escola e os fóruns da categoria.

A experiência de representante de escola levou-me a assumir um cargo na Direção Colegiada da Rede Municipal, parte da estrutura do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), em 1992. A participação política na defesa das reivindicações da categoria ampliou-se com a

---

[1] O projeto Oficinas acontecia quinzenalmente nos dias de reunião pedagógica, que além de espaço de estudo e de gestão democrática, era utilizado para a organização do mesmo. Com o fim das reuniões pedagógicas em 2005/2006 o projeto foi interrompido. As reuniões pedagógicas e o tempo coletivo são analisados no capítulo 2.

[2] O projeto Turma Integral, bem como, a construção da sala de informática, foram iniciados pela escola com apoio, posterior da Secretaria Municipal de Educação, ao ampliar o quadro de profissionais e os recursos financeiros destinados à escola.

participação em comissões, coletivos, nas executivas, nacional e estadual, da Central Única dos Trabalhadores e da direção estadual do Sind-UTE/MG.

A jornada mais longa, e, certamente a mais polêmica dentro da Rede, foi a luta das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, chamadas na época de "PI", pelo pagamento por titulação, conhecido na Rede como pagamento por habilitação. Ela repercute ainda hoje, na ampliação da visão do trabalho docente realizado pelas "professoras primárias", no seu investimento individual na formação superior, e no debate da unificação da carreira docente, rompida em 2003.

Nesses espaços, observamos concepções cristalizadas sobre nós, as professoras primárias. O corpo docente da RMEBH era/é majoritariamente feminino, entretanto, o sindicato, a Prefeitura e a própria categoria utilizavam um tratamento diferenciado ao se referirem ao corpo docente das séries iniciais, "**as** PI", e ao corpo docente de 5ª a 8ª série e do segundo grau como, "**os** PII". Um tratamento discriminatório que compreende o ensino nos anos iniciais da educação fundamental, incluída a pré-escola, vista como tarefa pouco qualificada, portanto feminina, e o ensino nos anos finais e no segundo grau como atividade qualificada, e consequentemente, masculina, apesar de nessas séries o corpo docente ser também composto majoritariamente por mulheres.

Os fóruns da categoria, principalmente as assembléias eram massivos e algumas questões chamavam a minha atenção, especialmente pela ausência de respostas, inclusive por parte da administração municipal: quem eram aquelas mulheres? Solteiras? Casadas? Com filhos/as? Que papel exercia o trabalho remunerado dessas mulheres na renda familiar? Elas se aproximavam ou se afastavam do perfil da mulher brasileira no mercado formal de trabalho? As professoras primárias da RMEBH formavam um segmento homogêneo ou existiam diferenciações dentro desse setor que repercutiam nas relações, no cotidiano escolar? Quais eram as suas condições de trabalho? Qual era a repercussão do trabalho doméstico no cotidiano dessas mulheres? Qual era a sua participação nos movimentos reivindicatórios de sua categoria? Em que essa participação contribuiu para a melhoria de suas condições de trabalho?

Estas questões indicavam a necessidade de conhecer as professoras primárias, saber mais sobre as suas condições de trabalho, formação, responsabilidade familiar, compreender essa relação entre magistério, trabalho feminino e valorização profissional. Por isso, candidatei-me ao mestrado em 1992. Foram, portanto, as experiências do trabalho na escola e na militância política, que me levaram à pesquisa acadêmica e ao mestrado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG), instituição na qual formei em Pedagogia em 1986.

Com o objetivo de conhecer melhor e buscar algumas respostas para essas questões, realizei uma caracterização sócio-cultural das professoras das séries iniciais da Rede Municipal de Belo Horizonte, obtendo uma visão panorâmica deste segmento profissional. As informações coletadas contribuíram para o conhecimento de sua situação sócio-econômica, da formação profissional, da jornada de trabalho na escola e em casa, de alguns aspectos culturais e de lazer, da participação dessas professoras em movimentos sociais e nas lutas de sua categoria profissional, além de uma caracterização geral das mesmas: idade, raça/etnia, estado civil, participação na renda familiar etc.

Cabe registrar que durante o processo da minha pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) iniciou o processo de organização de um banco de dados dos trabalhadores e trabalhadoras em educação da RMEBH. Hoje, a partir do

Sistema de Gerenciamento Educacional (SGE) e das informações do Censo Previdenciário realizado em 2007, é possível traçar um perfil mais próximo da realidade dessas/desses profissionais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Em 2000, iniciei meu trabalho como professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Minas Gerais, FAE/UEMG, instituição que, juntamente com a UFMG, forma a maioria das/os profissionais da Rede Municipal de Belo Horizonte[3]. A partir desse lugar, tive a oportunidade de participar do Projeto Veredas, Curso de Formação de Professores, realizado pelo governo estadual em parceria com os governos municipais, atendendo, aproximadamente, a quinze mil professoras/es da rede pública de educação mineira, o que incluía professoras das escolas municipais de Belo Horizonte.

A experiência na formação de professoras/es propiciou a vivência de uma atuação cotidiana lado a lado com várias de "minhas alunas", companheiras de trabalho, no dia-a-dia das escolas, nas lutas da categoria, e na direção do sindicato, trazendo novas reflexões. A partir das reivindicações por uma política de valorização profissional e diante das respostas dos diferentes entes federativos, bem como das propagandas de suas realizações nesta área, algumas questões surgiram. Quais são as políticas de valorização desenvolvidas pelo governo municipal? Quais são os aspectos envolvidos nessa concepção? O governo e a categoria têm uma concepção comum de valorização profissional? Eles seriam os mesmos para o governo e a categoria?

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, tem sido governada, desde meados da década de 1980, por representantes de partidos com graus diferenciados de inserção nos movimentos sociais, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido dos Trabalhadores (PT), organizados em composições políticas que podem ser caracterizadas de centro-esquerda. A partir de 1993, as administrações municipais passaram a se auto-intitularem governos do campo democrático-popular, e, apesar de alterações na política de alianças, governam a cidade há quatro mandatos consecutivos[4].

Em 1995, foram realizadas diversas mudanças educacionais que alteraram a organização do tempo/espaço escolar a partir do projeto "Escola Plural", cuja implantação teve repercussão nacional. As mudanças ocorridas com a Escola Plural implicaram em investimentos na qualificação das/os profissionais, na reestruturação do tempo/espaço do fazer pedagógico, na infra-estrutura básica das escolas e envolveram alterações na regulação de trabalho dos/as profissionais da educação, como a jornada de trabalho, a composição dos cargos e funções, e na construção de espaços de participação popular, como o Conselho Municipal de Educação.

Em 2004 a RMEBH passou a atender crianças de zero a cinco anos, nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI). Para isso foi criado, em 2003, o cargo de "educador infantil", fato que provocou o rompimento da carreira docente unificada e reacendeu a polêmica sobre o papel das/os profissionais que trabalham

---

[3] Conforme os dados coletados por Rocha (1996).

[4] A partir de 1993, a capital mineira passou a ser governada por partidos do campo de esquerda, articulados em frentes populares: Gestão Frente BH Popular (1993/1996 – Patrus Ananias e Célio de Castro); a Gestão Trabalho pela Vida (1997/2000 – Célio de Castro e Marcos Santana); Gestão BH Participativa (2001/2004 – Célio de Castro e Fernando Pimentel) e a Gestão BH no Rumo Certo (2005/2008 - Fernando Pimentel e Ronaldo Vasconcelos).

com as crianças pequenas e, consequentemente, o valor do trabalho feminino. Emergiu a discussão acerca do *cuidado* e de seu valor social.

A partir destas políticas, diversas questões surgiram: existia espaço para a participação popular na implantação das políticas do governo? Existia espaço para a participação das/os profissionais em educação nessas políticas? Havia investimento na formação continuada e em serviço das/os profissionais em educação para o fortalecimento dos novos projetos educacionais implementados? Existiam mecanismos de valorização do magistério? Qual era a relação do salário com a tarefa exercida? Quanto menor a criança, menor também deveria ser o salário do/a professor/a que com ela trabalha? Quais foram as modificações no processo de organização do tempo/espaço de trabalho? Elas foram negociadas ou impostas? As condições de trabalho melhoraram ou pioraram com a implementação desses projetos? Houve investimentos em políticas de prevenção do adoecimento docente? Quais são as concepções presentes no plano de carreira proposto e no aprovado? Elas incorporam a valorização do trabalho feminino?

Na época, outra cidade em que o Partido dos Trabalhadores governava há algum tempo era Porto Alegre. Os dois governos assumiam em seus documentos, relatórios, propagandas políticas e em entrevistas, que a sua opção era por uma educação inclusiva.

Entretanto, propor políticas inclusivas significa priorizar o humano, o social, as demandas dos seres humanos em sua concretude e particularidades, numa perspectiva de políticas públicas de igualdade de oportunidades. Isso significa posicionar-se diante do debate a respeito da primazia do econômico sobre o social, ocorrido nas políticas públicas nas últimas duas décadas do século XX, a partir do crescimento do projeto neoliberal no mundo (DEDECCA, 2002). Pois, há uma dissociação das políticas econômicas como parte das políticas públicas, as quais são compreendidas limitadamente como políticas sociais, numa perspectiva de políticas focalizadas e compensatórias e não mais como direitos sociais.

Neste sentido, como avaliar as políticas dos governos de Belo Horizonte e Porto Alegre: inclusivas, focalizadas ou compensatórias? Os trabalhadores e trabalhadoras em educação eram considerados nessas políticas? Elas melhoraram as suas condições de trabalho e ampliaram seus direitos? Existia confronto entre as reivindicações dos profissionais da educação com esses governos municipais?

Com estas questões cheguei ao doutorado na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de São Paulo (FEUSP), acolhida pela professora Carmen Sylvia. Em nosso diálogo, optamos em focar a pesquisa em Belo Horizonte, entre outros motivos pelo fato do PT ter perdido o comando de Porto Alegre para o PMDB, o que poderia prejudicar a coleta de dados, especialmente aqueles vinculados ao governo municipal.

Outra opção foi por analisarmos as políticas de valorização dos/as profissionais da educação numa perspectiva da divisão sexual do trabalho, elaborada por Helena Hirata e Daniele Kergoat, como coextensiva à todas as esferas da vida humana e, nesta direção, compreendermos a luta das professoras primárias e das educadoras infantis pelo pagamento por habilitação e a unificação da carreira docente.

Considero acertadas as duas opções, porque a extensão da proposta inicial poderia prejudicar um estudo que se mostra singular e atual, como indicam as pesquisas sobre o tema e as mudanças institucionais disseminadas pelos governos das diferentes esferas de poder. Por um lado, o debate realizado, hoje, no Brasil, sobre a qualidade do ensino básico, aponta para a necessidade de investimento na

qualificação permanente das/os profissionais desta área. Entre as propostas de investimento merecem destaque: a defesa de uma política efetiva de valorização do magistério, que incorpore questões como um salário mínimo nacional digno, garantias trabalhistas, o estabelecimento de uma jornada de trabalho que inclua a pesquisa e a reflexão/ação coletiva, a construção de Planos de Carreiras e Salários que incentivem a formação em serviço e a permanência no magistério (BRASIL. MTb,1995, p. 4).

Por outro, diversas correntes de pensamento do movimento sindical defendem uma relação salarial mais equalizada entre as/os profissionais, por permitir a construção de relações de trabalho menos conflituosas e o rompimento de uma visão fragmentada e sexista a respeito do trabalho feminino, considerado como menos qualificado, conseqüentemente, de menor salário. Nesta perspectiva, os planos de carreira de categorias majoritariamente femininas, além de um incentivo profissional podem ser compreendidos como uma política de valorização das mulheres, conforme é expresso no Documento Oficial da IV Conferência Mundial da ONU de Mulheres, p. 178 O, Seção F, realizada em Pequim, em 1995:

> Rever, analisar e, quando apropriado, reformular a estrutura salarial no caso das profissões predominantemente femininas, tais como educação, enfermagem, cuidado com as crianças, com o objetivo de elevar o seu baixo status e rendimento.

No processo de qualificação, as contribuições das professoras Lisete Arelaro e Cláudia Vianna foram fundamentais para a limitação do objeto desta pesquisa: as políticas de valorização do magistério, realizadas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, durante os governos de 1993 a 2007, envolvendo as condições de trabalho, a remuneração e a carreira.

Diante disso, a apresentação da trajetória de elaboração do objeto da pesquisa é importante para a compreensão dos objetivos traçados. Em primeiro lugar, compreender a constituição das políticas de valorização profissional durante os governos de 1993 a 2007, que envolvem as políticas de remuneração, os planos de carreira, as condições de trabalho, numa perspectiva histórica, considerando as propostas apresentadas pelos governos, as propostas reivindicadas pela categoria, e a sua conformação na legislação municipal.[5].

Em segundo, verificar em que medida as regulações das relações de trabalho na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) incorporam ou não, as alterações ocorridas na política educacional durante o mesmo período, nas esferas federal e internacional, bem como incorporam e/ou expressam propostas de valorização do trabalho feminino.

Por fim, conhecer a opinião de representantes do movimento sindical e do governo, presentes nas comissões de negociação sobre as políticas governamentais direcionadas à valorização dos/as profissionais da educação, no período analisado.

Alguns percalços surgiram no processo de revisão bibliográfica e de coleta de dados. O primeiro relaciona-se ao fato de haver poucas pesquisas sobre estatuto e/ou plano de carreira da educação ou do magistério. O segundo, pela dificuldade de acesso a alguns documentos seja pelo caráter restrito dos mesmos, como os documentos do

[5] A formação continuada e em serviço não será tratada nesta pesquisa, mesmo sendo parte das políticas de valorização dos/as profissionais da educação. Sobre essa temática sugerimos o estudo de Mônica Rhamen (2002) que trata da criação e funcionamento do Centro de Aperfeiçoamento do Profissional da Educação -CAPE, instância da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte responsável, criado em 1990.

Ministério da Educação (MEC), destinados aos governos municipais e estaduais ou pela resistência de alguns gestores da PBH em autorizar o acesso a dados públicos.

A metodologia desta pesquisa consiste em um estudo de caso e utiliza a análise documental e a entrevista, como instrumentos para a compreensão do seu objeto e envolveu as seguintes etapas:

a) a revisão bibliográfica da produção acadêmica sobre valorização do magistério e carreira docente;

b) a análise de documentos de autoria do governo municipal, como os relatórios de gestão do governo e da Secretaria de Educação;

c) a análise de documentos elaborados pelo sindicato da categoria, como boletins, jornais, pautas de reivindicações, relatórios de atividades (cursos, seminários, encontros, congressos etc.), e por entidades gerais dos/as profissionais da educação, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

d) a análise de legislações pertinentes ao tema nas esferas municipal, estadual e federal, compreendendo, no caso municipal, portarias, resoluções, e ofícios de autoria da Secretaria Municipal de Educação;

e) a análise de documentos de organismos internacionais sobre a profissão docente e/ou políticas de valorização do magistério;

f) a análise das entrevistas realizadas com representantes dos dois lados da mesa de negociação, no período de 1993 a 2002, secretários e sindicalistas.

Os/as dirigentes e ex-dirigentes do governo municipal que nos receberam foram: Glaura Vasques e Miguel Arroyo, responsáveis pela SMED no período de 1993 a 1996; Maria Ceres Spínola, titular da SMED de 1997 a 1999, e David Júnior, secretário adjunto de 1997 a 1999 e titular da SMED de 2000 até o início de 2002; Fernando Cabral, Secretário Municipal de Administração no período de 1993 a 1996, presidente da Beneficência Municipal, de 1993 a 2000 e titular da Administração Regional Centro-Sul, de 2001 a 2007. Não conseguimos entrevistar as titulares da SMED de 2002, Maria Feres; de 2003 a 2006, Maria do Pilar Lacerda, atualmente Secretária de Educação Básica do MEC; e nem a sua adjunta, Gilka Maria Oliveira de Morais.

Os/as dirigentes e ex-dirigentes sindicais que nos receberam foram: Maria Clemência Silva, membro da diretoria estadual do SIND-UTE/MG e do seu Departamento de Educação da Rede Municipal no período de 1990/1992, transformado em Direção Colegiada da Rede Municipal de Educação, da qual participou na gestão de 1992/1995; Laraene Tolentino, diretora da Subsede da Rede Municipal na gestão de 2000/2004; Pedro Valadares e Nivaldo Arruda, diretores da Subsede da Rede Municipal do Sind-UTE/MG nas gestões de 1997/2000 e 2003/2006, e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-REDE/BH), na gestão 2006/2008.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira compreende o capítulo 1, organizado em dois momentos. O primeiro versa sobre a definição de política de valorização do magistério, para a qual utilizamos as reflexões de João Monlevade (2000), documentos de organismos internacionais como a UNESCO e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), documentos de movimentos sociais, e legislações federais, estaduais e municipais. O segundo envolve o debate sobre carreira docente, realizado a partir de estudos existentes na área, tais como o de Rodolfo Ferreira (2005), sobre trabalho docente e remuneração, os de Michael Huberman (1992), José Alberto Gonçalves (1992) e Maria Isabel Loureiro (1997), numa

perspectiva de vida profissional, o de Bernadete Gatti (1997), envolvendo a formação docente. Os trabalhos relacionados especificamente com plano de carreira são os de Mariza Abreu et. al. (2000), Bertha Valle (2003) e Sônia Balzano (2005). Constam ainda as propostas de plano de carreira do magistério e/ou da educação elaborados pela CNTE, o Sind-UTE/MG; e o documento do MEC.

A segunda parte refere-se à análise sobre a política de valorização na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, organizada nos capítulos 2 e 3. No capítulo 2 apresento um histórico da constituição da RMEBH, as reivindicações da categoria, as propostas dos governos de 1993 a 2007, a organização do trabalho escolar; especificamente o quadro de escola, a jornada de trabalho e do tempo coletivo.

No capítulo 3 desenvolvo três temas: as políticas remuneratórias, os planos de carreira e a avaliação de desempenho. Em relação às políticas remuneratórias apresento um breve histórico das alterações de concepções ocorridas, durante o período analisado que vão do reajuste integral da inflação à proposta de remuneração flexível de cunho meritocrático. Antes de analisar o atual Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura de Belo Horizonte, descrevo as regulações do trabalho na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cuja legislação remonta aos primeiros anos de estruturação da cidade, e vincula-se ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de e Minas Gerais e ao Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, e apresento as propostas e ante-projetos de planos de carreira e de estatuto do magistério debatidos a partir de 1985. Por último, discorro sobre o histórico da avaliação de desempenho na PBH, iniciado na educação com a criação do Boletim de Merecimento em 1954, os impasses entre o governo e a categoria na construção de um modelo de avaliação, e um histórico da avaliação, como parte das políticas globais de gestão.

A terceira relaciona-se a uma reflexão acerca do trabalho das mulheres, em particular do magistério público na educação básica, no sentido de compreender como as lutas das "professoras primárias" e das "educadoras infantis"[6] da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte vinculam-se à luta pela valorização do magistério e do trabalho feminino.

Ao final apresento as minhas avaliações a partir do estudo realizado, em diálogo com as reflexões apresentadas durante o texto e com as opiniões expressas nas entrevistas concedidas.

Em anexo, são socializados alguns documentos, entre eles, a proposta de avaliação institucional elaborada pelos profissionais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Plano de Carreira dos Servidores da Educação de Belo Horizonte, e o quadro síntese das pautas de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da RMEBH, desde os anos de 1980 até 2007.

O estudo espera contribuir para a ampliação das reflexões e das elaborações de políticas de valorização dos/as profissionais da educação, junto às pessoas comprometidas com a defesa da educação básica pública.

Do ponto de vista sindical pode ser considerado como parte do processo de investimento de inúmeros profissionais da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, em compreender o seu trabalho, através da realização de pesquisas na especialização, no mestrado e no doutorado.

---

[6] Durante o texto, quando tratamos especificamente das lutas das/os professores/as dos anos iniciais da educação básica e das/os educadoras/es infantis utilizamos as expressões "professoras primárias" e "educadoras infantis" para demarcar o protagonismo dessas mulheres na luta pela valorização profissional.

A direção do sindicato, na gestão de 2003/2006, enquanto Subsede da Rede Municipal de Educação do Sind-UTE/MG, e na gestão 2006/2008 da nova entidade representativa da categoria, o Sind-REDE/BH, tem cumprido um papel importante na reflexão sobre a educação municipal, inclusive pelo investimento em pesquisas em parceria com a universidade, a exemplo da entidade do magistério paulista, APEOESP e da CNTE.

O primeiro investimento foi o apoio ao grupo de pesquisa da Faculdade de Medicina da UFMG, coordenado pela professora Ada Ávila Assunção, cujo objetivo era conhecer o processo de adoecimento na RMEBH, resultando, entre outras, na dissertação de mestrado de Sandra Gasparini (2005) que teve repercussão nacional.

O segundo, a pesquisa realizada a partir de uma parceria com a FAE/UFMG e a SMED, concluída no final de 2008, o "Estado do Conhecimento sobre a Rede de 1986 a 2005", possivelmente o único banco de dados no país sobre pesquisas realizadas sobre e/ou em uma rede de ensino.

O terceiro foi o incentivo à reflexão teórica sobre os problemas enfrentados no cotidiano do trabalho, com a publicação da Revista Em Rede, em 2006. Na ocasião, juntamente com a diretora Cristiane Nunes, do Departamento de Imprensa, e a diretora Thaís Lacerda, do Departamento de Formação, produzimos artigos versando sobre o tempo coletivo, avaliação de desempenho e educação infantil, cujas reflexões estão presentes neste estudo.

Do ponto de vista acadêmico, contribui no sentido da defesa de investimento em pesquisas direcionadas ao conhecimento das políticas de valorização dos/as profissionais da educação, implementadas pelos diferentes entes federados, em cumprimento às legislações federal, estadual e municipal, e à relação dessas políticas com as orientações e recomendações nacionais e internacionais.

Do ponto de vista governamental possibilita o acesso a uma visão distinta daquela presente nos documentos do MEC e dos organismos internacionais. Oportuniza conhecer o debate, numa perspectiva das mulheres e dos homens, que trabalham nas escolas públicas, pois, mesmo sendo um estudo específico de uma rede de ensino, ele expressa, em certa medida, vozes oriundas de um lado definido da relação capital-trabalho, o dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica. Vozes tantas vezes silenciadas, nas elaborações de políticas educacionais e das regulações do trabalho e nos registros oficiais da história de uma cidade.